

“O EXÉRCITO BRASILEIRO NA PROTEÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO ESTADO DE RORAIMA”

" THE BRAZILIAN ARMY IN THE PROTECTION OF INDIGENOUS PEOPLES OF RORAIMA STATE "

Rodrigo Luiz Soares Evangelista¹

RESUMO: O presente artigo visa relatar as dificuldades dos povos indígenas do Estado de Roraima e a presença do Estado Brasileiro através do Exército Brasileiro por meio de ações cívicas sociais e operações de proteção na faixa de fronteira. Ainda como artigo científico, com base em biografias e coleta de dados em campo, serve de base para estimular o aprofundamento do assunto para um bem-estar comum dos povos indígenas dentro da sociedade contemporânea.

Palavra chave: Exército Brasileiro, Povos Indígenas, Roraima, Fronteira.

ABSTRACT: This article aims to report the plight of the indigenous peoples of the State of Roraima and the presence of the Brazilian Government through the Brazilian Army through social civic action and protection operations in the border region. Also as scientific paper based on biographies and data collection in the field, provides the basis to stimulate the subject of deepening for a common well-being of indigenous people within contemporary society.

Keywords: Brazilian Army, Indigenous Peoples, Roraima, Border.

INTRODUÇÃO

Há no inconsciente popular uma imagem que toda vez que falamos em indígenas, nos vem à mente que os índios estão no interior da floresta. Mas já parou para pensar que existe índio morando no sertão nordestino, na beira da praia ou nas capitais de nosso país?

Apesar da migração indígena para esses diversos pontos, a grande maioria, no Brasil, são encontrados em terras, homologadas pelo Governo Federal, destinadas aos indígenas. Cabe ressaltar que a maioria dessas terras ficam na porção norte do país.

Nas Terras Indígenas (TI), os índios vivem em aldeias, atualmente chamadas de comunidades, as quais procuram viver do que produzem, tais como alimento e moradia. No entanto, esses pouco mais de quinhentos anos de convivência com os não índios

¹ rodrigoluiizrjbr@gmail.com

influenciaram os índios em alguns costumes, como por exemplo, a quase maioria no interior das comunidades com vestimentas iguais aos não índios.

Além da cultura materna, os índios agregaram, em sua maioria, algumas práticas culturais, tais como o aprendizado do português em escolas e o aprendizado capitalista na compra e venda de produtos para a subsistência. As referidas agregações à cultura materna não significa o abandono das tradições de cada etnia, como os rituais religiosos e as danças.

Para o antropólogo João Pacheco de Oliveira, do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro: “A troca cultural não destrói necessariamente uma cultura, pois é natural que a primeira reação do ser humano ao ver as tradições de outro povo seja a curiosidade e não a hostilidade. Os indígenas têm a possibilidade de praticar as duas culturas, sem se tornarem menos índios por causa disso”.

Do acima exposto a cerca da mistura cultural indígena, ficará um pouco mais fácil o entendimento do desenvolvimento das ideias. Para fins de delimitação do presente artigo serão relatados sinteticamente impressões pessoais e estudos bibliográficos do pioneirismo e a troca cultural dos povos indígenas de Roraima, a ausência do Estado e os problemas psicossociais, o movimento indigenista no Brasil, a contramão da ausência do Estado e a proteção dos povos indígenas e uma breve conclusão.

DESENVOLVIMENTO

O conhecimento pessoal do autor remete a mais de quatro anos trabalhando em prol da soberania brasileira na porção mais setentrional do país e no planejamento e execução do combate a ilícitos transfronteiriços e ambientais na área de fronteira roraimense, incluindo diversas Comunidades indígenas (CI).

PIONERISMO INDÍGENA NA REGIÃO E A TROCA CULTURAL

É de saber popular que os indígenas foram os primeiros habitantes encontrados no Brasil após o descobrimento português, e não podia ser diferente no Estado de Roraima. A povoação de Roraima para fins de desenvolvimento regional trouxe para o Estado migrações, principalmente, do nordeste do país. Junto com as migrações vieram os costumes culturais regionais, os quais agregaram as culturas indígenas locais e vice-versa.

Exemplo notório no dia-a-dia roraimense dos não índios é a verbalização da palavra “curumim” quando se faz referência a uma criança e a inclusão da tapioca no cardápio das CI.

Mas nem só de agregações culturais vivem os índios e os não índios. Ao longo do tempo vários registros de preconceito e ignorância foram patentes desde que os europeus instalaram-se no Brasil, fruto de percepções e julgamentos etnocêntricos, o que resultou em ambiguidades e contradições entre ambas às partes, refletidos em Roraima.

Do exposto e como consequência dos registros de ambiguidades e contradições supramencionadas, pairam ainda hoje sobre o imaginário de parte da sociedade que os povos indígenas são culturas em estágios inferiores e que a solução para “uma vida melhor” seria a integração e a assimilação à cultura mundial. Mas esse imaginário ao longo do tempo tem se modificado por força do convívio mútuo, das pesquisas científicas e da globalização.

A AUSÊNCIA DO ESTADO E OS PROBLEMAS PSICOSSOCIAIS

As cidades e comunidades indígenas situadas na faixa de fronteira roraimense sofrem com a desarticulação das Políticas Públicas e ficam a mercê de medidas paliativas corretivas a um problema latente, quase nunca sendo beneficiadas com medidas preventivas.

Associado a desarticulação das Políticas Públicas, há peculiaridades em Roraima, tais como a presença de Terra Indígena (TI) na faixa de fronteira que impedem investimentos públicos em tais regiões. Como exemplo do supramencionado, o Município de Pacaraima, cidade gêmea que faz fronteira com a cidade venezuelana de Santa Elena de Uairém, encontra-se no interior da Terra Indígena de São Marcos (TISM), e sofre com costumeiros “apagões” pela interrupção do fornecimento de energia elétrica originária do País vizinho. No caso do exemplo, não é possível uma Política Pública de infraestrutura voltada para a construção de uma usina termelétrica em área do município, haja vista estar localizada no interior da TISM e não ser permitido à construção no interior de TI.



Visita a Terra Indígena Waimiri Atroari - 2016
Fonte: O autor

A área de saúde também é um dos questionamentos latentes dos indígenas, os quais pedem melhorias de condições de atendimento médico não só em qualidade como na oferta da quantidade. Ocorre que a saúde indígena fica a cargo da Secretaria de Saúde Indígena (SESAI) e em Roraima subdividem-se em dois Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI), Yanomami e Leste.

No entanto, a saúde pública brasileira passa por um momento ruim de aparelhamento e mobilização profissional, nesse contexto, somando as dificuldades de acesso as TI e as diferenciações culturais indígenas, a saúde do índio deixa a desejar em todos os aspectos.

A educação, apesar da materna de cada etnia ser muito eficiente, também fica prejudicada em relação a investimentos de infraestrutura e de conteúdo programático, pois o indígena, além da educação de suas etnias, tais como: língua materna, danças e costumes, também são submetidos, na maioria dos casos a alfabetização em língua portuguesa e em muitos casos a educação completa, conforme conteúdo programático do Ministério da Educação.

Os quesitos educacionais indígenas, aos mesmos moldes da saúde, sofrem com a dificuldade geográfica para acesso de professores, bem como investimentos de infraestrutura deixados a segundo plano haja vista dificuldade de entrada em TI, seja pela distância, pelas condições da estrada ou até mesmo a não autorização da própria comunidade.

A segurança do indígena e de sua comunidade também é umas das reivindicações dos indígenas, pois como foi explicitado anteriormente, as agregações culturais de índios e não índios inseriram no interior das comunidades o álcool e as drogas, seja de passagem ou consumo. Na contramão da insegurança das Comunidades Indígenas, os Órgãos de Segurança Pública ficam algumas vezes impossibilitados de realizar o combate aos ilícitos no interior das CI, algumas vezes por força das legislações pátrias, outras vezes por força da grande extensão territorial das TI, efetivo insuficiente para realizar a coação ao ilícito em área tão extensa, bem como, em algumas ocasiões, a não permissão dos próprios indígenas para a solução de uma ocorrência no interior de determinada CI.

MOVIMENTO INDIGENISTA NO BRASIL

O movimento indigenista tem como estopim o 1º Congresso Indigenista Interamericano, realizado na cidade de Patzcuaro, México, em 1940. Nos primeiros dias do congresso, as lideranças indígenas relutaram em comparecer, acreditando que suas reivindicações não seriam atendidas. O evento estava propenso ao fracasso. No dia 19 de abril daquele ano, lideranças indígenas do continente entraram em consenso e compareceram ao congresso, o que deu origem ao “Dia do Índio”. (SANTOS, 2014).

A Igreja Católica teve papel importante na gênese do indigenismo mundial, especialmente no Brasil. Em 1968, a Igreja realizou a II Conferência do Episcopado Latino-Americano, seguindo o Concílio de Vaticano II². Na ocasião, a Igreja Católica reconheceu que fora conivente com a exploração dos indígenas latino americanos, desde os tempos da colonização, o que fez com que redefinisse sua postura no tocante aos povos indígenas. (BORGES, 2005, p. 45).

Segundo Borges (2005, p. 45), o ponto mais importante dessa inflexão foi a criação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) em 1972, ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), no bojo da “Teologia da Libertação”³. O CIMI passou a “atuar

² Reuniões ocorridas em Roma, entre 1962 e 1965, com o comparecimento de mais de dois mil bispos “advindos de várias partes do mundo [...]” para discussões de problemas da “fé, da Igreja e de sua relação com o mundo moderno.” Como resultado deste Concílio, a “doutrina começou a ser revista e questionada, como a noção de pecado, inferno, anjos, milagres, santos, obrigatoriedade da missa e idioma nas missas, passando a ser discutidos com uma liberdade maior.” (SILVA, 2009, p. 50).

³ “Teologia da Libertação é um movimento teológico, que não se vincula a nenhum partido político [apesar da influência marxista nos seus fundamentos], mas pensa em uma teologia que possa influenciar a política, interpretando os ensinamentos e o projeto de Jesus Cristo em termos de uma libertação das opressões econômicas, políticas ou sociais.” (ABIBLIA.ORG, 2013).

junto aos povos indígenas como parceiro político em suas lutas por terra e pelo direito de continuarem a serem índios”.

Motivados pela criação e pela força institucional do CIMI , ainda na década de 70, toma força o movimento indigenista do Brasil, tendo como reunião precursora a I Assembleia de Líderes Indígenas, em Diamantino-MT no ano de 1974, sendo a primeira e principal reivindicação do movimento no período a demarcação de terras e acesso aos demais direitos, tais como: educação, saúde, preservação ambiental.”



Apoio de saúde a índio Yanomami da CI de Xirimifique - 2013
Fonte: O autor



No detalhe o apoio de saúde a índio Yanomami da CI de Xirimifique (foto anterior)
Fonte: O autor

Por fim, a cerca do movimento indigenista no Brasil, pode-se dizer que foi assumida uma responsabilidade grandiosa e complexa, considerando os amparos legais limitados sobre os povos indígenas e o grande interesse das Organizações Não Governamentais (ONG) nacionais e internacionais, aproveitando a ausência do Estado na assistência adequada às populações indígenas, especialmente na região amazônica.

A CONTRAMÃO DA AUSÊNCIA DO ESTADO E A PROTEÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS

Na contramão das dificuldades indígenas surgem as forças armadas, que através de suas capilaridades, levam as comunidades civismo, saúde e infraestrutura. A fim de exemplificar a afirmativa, podem-se citar as Ações Cívico Sociais (ACISO), as quais levam as CI, sempre no contexto de uma operação militar, atendimentos médicos, odontológicos, bem como palestras informativas e melhorias de instalações, seja de escolas indígenas ou de postos de saúde no interior das CI.

A fim de elucidar as referidas ACISO, será apresentado um quadro de atendimentos realizados nas ACISO no ano de 2015, conforme segue:

ACISO	Procedimentos de prevenção à saúde	9395
	Atendimentos médicos	4828
	Atendimentos odontológicos	2863
	Atividades culturais e sociais	12.267
	Reparações de ponte	03
	Reparação preventiva do bueiro	01
	Corte de cabelo	733

Fonte: 1ª Brigada de Infantaria de Selva

As ACISO são planejadas atendendo os anseios das CI, respeitando os costumes e a cultura de cada etnia. Cabe ressaltar que os militares destacados para as ACISO em cada região, são preparados com antecedência, sendo repassadas informações a cerca dos costumes e da cultura, tudo com a finalidade da promoção da alteridade e a minimização de antagonismos culturais.

CONCLUSÃO

Como conclusão, pode-se afirmar que os povos indígenas do Brasil reconhecem suas características, seus direitos e seus deveres, no entanto sofrem com a ausência do Estado, que por questões diversas, raramente, se fazem presentes no interior das Comunidades Indígenas.

Na contramão do lapso temporal de presença do Estado as Forças Armadas, em particular o Exército Brasileiro (EB), se faz presente.

Amparado pelas Leis Complementares 97, 117 e 136, esta última de 2010, o EB realiza ações subsidiárias as quais combatem o crime transfronteiriço e ambiental, muitas vezes, livrando as CI do ingresso de álcool e drogas, de desmatamentos e garimpagem ilegal. Ainda sim, no contexto das ações subsidiárias, o EB realiza as ACISO, levando atendimento médico e odontológico as CI, permitindo ao indígena um mínimo necessário de saúde.



Atendimento preventivo a CI Xirimifique no interior da Terra Indígena Yanomami
Fonte: O autor

REFERÊNCIAS

Portal ciência hoje, como vivem os índios hoje. Disponível em: <http://chc.cienciahoje.uol.com.br/como-vivem-os-indios-hoje>. Acesso em 18 de agosto de 2016.

Portal UNESCO, O índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos Indígenas no Brasil hoje. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154565por.pdf>. Acesso em 18 de agosto de 2016.

PALACIOS, Lorenzo Carrasco Silvia. Quem manipula os Povos Indígenas contra o desenvolvimento do Brasil. Capax Dei, 2013.

SANTOS, José Plácido Matias dos. QUESTÃO INDÍGENA NA AMAZÔNIA, ameaças à soberania e à integridade territorial do Brasil. 2014.

BORGES, Paulo Humberto Porto. O movimento indígena no Brasil: histórico e desafios. Princípios, São Paulo, n. 80, p. 42-47, 2005.